



Roraima
Assembleia Legislativa
O Poder do Povo



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Junho/2026

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
IV Concurso Público para Provimento de Vagas nos Cargos de
Analista Legislativo
Assistente Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova '14', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Galileo di Vincenzo Bonauti de Galilei, conhecido como Galileu Galilei, foi um astrônomo, físico e engenheiro florentino.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, baseie-se no texto a seguir.

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo das ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas. Esses elementos são associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris promovida pelo barão de Haussmann na segunda metade do século XIX.

No cerne da concepção de vida pública urbana incorporada na Paris moderna estavam as noções de que o espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um e de que a sociedade de consumo que ele abriga poderia tornar-se acessível a todos. É claro que esse nunca foi exatamente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder. No entanto, a despeito das persistentes desigualdades e injustiças sociais, as cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura, sobretudo no que diz respeito à circulação e ao consumo. Esses sinais contribuíram para manter o valor positivo associado à ideia de um espaço público aberto, acessível a todos e a qualquer um.

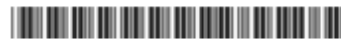
As cidades modernas têm servido de cenário para todo tipo de manifestação política. Na verdade, a promessa de incorporação à sociedade moderna incluía não só a cidade e o consumo, mas também a ordem política. As imagens da cidade moderna são análogas àquelas da ordem liberal-democrática, consolidada a partir da ficção do contrato social entre pessoas livres e iguais e que moldou a esfera política moderna. Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. No entanto, foi só depois de muitas lutas que as definições de quem poderia ser considerado "livre e igual" foram pouco a pouco expandidas. Tanto a cidade aberta e sem exclusões quanto a ordem política incorporando todos os cidadãos como iguais nunca existiram, mas seus ideais fundadores e suas promessas de incorporação mantiveram seu poder por pelo menos dois séculos, dando forma a experiências de cidadania e de vida urbana e legitimando as ações de vários grupos excluídos em suas reivindicações por incorporação.

(Adaptado de: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011, pp 302 a 305)

1. Segundo o texto de Teresa Caldeira, a cidade moderna ideal seria
 - (A) uma cidade em que o controle estatal limitaria o uso dos espaços públicos, priorizando a ordem e a segurança em detrimento da plena liberdade de circulação.
 - (B) caracterizada pela forte segregação espacial, na qual diferentes grupos sociais ocupam áreas rigidamente separadas e com pouca interação entre si.
 - (C) um espaço urbano voltado prioritariamente à produção industrial, onde o acesso aos bens e serviços se restringiria às elites econômicas.
 - (D) organizada em torno de tradições comunitárias estáveis, com relações pessoais duradouras e pouca circulação de grupos sociais cuja identidade instaurasse diferenças radicais.
 - (E) um espaço público aberto e acessível a todos, marcado pela livre circulação, encontros anônimos, diversidade social e uso coletivo das ruas e praças.

2. Conforme o texto, ilustra fatores concretos da experiência de vida pública urbana no Ocidente, ao menos nos últimos dois séculos, o que se encontra em:
 - (A) A primazia de espaços privados, a centralidade da produção industrial e a divisão rígida entre espaços de trabalho, de circulação e de moradia.
 - (B) Apesar das persistentes desigualdades e injustiças, as cidades ocidentais modernas conservam indícios de abertura, especialmente no que se refere à circulação e ao consumo.
 - (C) A construção de ambientes planejados cujo símbolo maior é a previsibilidade. É a cidade do movimento estritamente necessário, de preferência em automóveis.
 - (D) A organização comunitária baseada em laços pessoais estratificados, com forte controle estatal nos espaços urbanos e pouca mobilidade social.
 - (E) A nova cidade já não é marcada por um tempo em que se produz uma identidade; ela é marcada pela consolidação de um terreno de disputas políticas silenciosas.

3. As atribuições da ordem liberal-democrática, presentes no último parágrafo, correspondem a
 - (A) um sistema político centrado exclusivamente no desenvolvimento econômico, sem qualquer conexão com os direitos civis.
 - (B) um sistema político baseado na hierarquia estamental, no qual os direitos são definidos pela posição social de cada indivíduo.
 - (C) um modelo que restringe o acesso à cidade e à organização social apenas a determinados grupos econômicos e políticos.
 - (D) uma organização política fundamentada no contrato social entre indivíduos livres e iguais, associada ao ideal de participação plena na vida pública.
 - (E) uma estrutura social que valoriza relações pessoais restritivas. A participação na esfera pública não deve estabelecer uma correlação de forças entre igualdade e cidadania.



4. *Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. No entanto, foi só depois de muitas lutas que as definições de quem poderia ser considerado "livre e igual" foram pouco a pouco expandidas. (3º parágrafo)*

O termo sublinhado no trecho acima indica a

- (A) relativização de uma afirmativa anterior.
- (B) oposição entre duas premissas.
- (C) conclusão de um determinado processo.
- (D) negação absoluta de um argumento anterior.
- (E) adição de dois pontos de vista sobre um mesmo objeto.

5. Considere as frases a seguir:

É claro que esse nunca foi exatamente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder. (2º parágrafo)

Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. (3º parágrafo)

Os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a

- (A) desigualdades sociais – segregação – ficção
- (B) cidades modernas – grupos – ficção
- (C) desigualdades sociais – grupos – ficção
- (D) cidades modernas – segregação – ordem social
- (E) cidades modernas – grupos – ordem social

6. *No cerne da concepção de vida pública urbana incorporada na Paris moderna estavam as noções de que o espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um e de que a sociedade de consumo que ele abriga poderia tornar-se acessível a todos.*

Uma nova redação para a frase acima, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original, encontra-se em:

- (A) Existia no âmago do projeto de urbanidade parisiense, as visões de livre fruição das ruas por qualquer indivíduo, garantindo que o acesso aos bens de consumo assistissem por todos de forma igualitária.
- (B) No centro da concepção de vida pública urbana presente na Paris moderna, estavam as ideias de que o espaço urbano deveria ser franqueado ao uso e usufruto de qualquer pessoa e de que a sociedade de consumo ali existente poderia se tornar acessível a todos.
- (C) A ideia de esfera pública na Paris da modernidade fundamentava na premissa de que o território urbano é de livre acesso, e que a dinâmica do consumo presente nele deve estar ao encaixe de todos cidadãos.
- (D) O conceito de vida coletiva nas cidades, que a Paris moderna personificou, traziam o princípio de que o espaço público pertence ao povo; além disso a acessibilidade à essa cultura de consumo seria um direito universal.
- (E) Residia na essência da Paris moderna, a crença de que qualquer um pode aspirar o uso das áreas comuns e de que a sociedade de mercado ali estabelecida, visa incluir toda a população sem distinções.

7. O uso adequado do sinal indicativo de crase encontra-se em:

- (A) À promessa de incorporação a sociedade moderna incluía não só à cidade e o consumo, mas também a ordem política.
- (B) Às ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna.
- (C) Esses elementos são associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris.
- (D) Às imagens da cidade moderna são análogas àquelas da ordem liberal-democrática.
- (E) Às cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura, sobretudo no que diz respeito a circulação e ao consumo.

8. A correção gramatical e a regência são plenamente contempladas no seguinte período:

- (A) A noção de cidade aberta foi incorporada em discursos políticos desde o século XIX. Ela está frequentemente ligada para com projetos de modernização urbanos que valorizam a circulação e o consumo.
- (B) As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder.
- (C) Há consenso diante a quais são os elementos básicos da vida pública urbana. As ruas abertas e a livre circulação de pessoas são fundamentais para uma concepção democrática de cidade moderna.
- (D) As cidades foram marcadas em desigualdades sociais profundas. Apesar disso, o discurso de abertura política, típico das democracias burguesas, foram hegemônicos no ocidente, ao menos até as primeiras décadas do século XXI.
- (E) Muitos estudiosos defendem que há consenso com a importância desses espaços para a vida urbana, embora nem sempre se reconheça sua relação sob a experiência cotidiana dos cidadãos.



9. *As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana [...].*

No trecho acima, indicam juízos de valor os seguintes termos:

- (A) *veículos, experiência moderna*
(B) *ruas abertas, circulação de pessoas e veículos*
(C) *cidades ocidentais, versões da modernidade*
(D) *livre circulação, consenso*
(E) *mais vivas, grande consenso*
-
10. O verbo que possui o mesmo tipo de complemento que o da frase "*as cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura*", está sublinhado em:
- (A) "*As ruas abertas representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna.*"
(B) "*Esses sinais contribuíram para manter o valor positivo...*"
(C) "*Essa ficção ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu.*"
(D) "*O espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um...*"
(E) "*As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais...*"

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 20, baseie-se no texto a seguir.

Uma vela para Dario

Dario vem apressado, guarda-chuva no braço esquerdo. Assim que dobra a esquina, diminui o passo até parar, encosta-se a uma parede. Por ela escorrega, senta-se na calçada, ainda úmida de chuva. Descansa na pedra o cachimbo.

Dois ou três passantes à sua volta indagam se não está bem. Dario abre a boca, move os lábios, não se ouve resposta. O senhor gordo, de branco, diz que deve sofrer de ataque.

Ele reclina-se mais um pouco, estendido na calçada, e o cachimbo apagou. O rapaz de bigode pede aos outros se afastem e o deixem respirar. Abre-lhe o paletó, o colarinho, a gravata e a cinta. Quando lhe tiram os sapatos, Dario rouqueja feio, bolhas de espuma surgem no canto da boca.

Cada pessoa que chega ergue-se na ponta dos pés, não o pode ver. Os moradores da rua conversam de uma porta a outra, as crianças de pijama acodem à janela. O senhor gordo repete que Dario sentou-se na calçada, soprando a fumaça do cachimbo, encostava o guarda-chuva na parede. Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo ao seu lado.

A velhinha de cabeça grisalha grita que ele está morrendo. Um grupo o arrasta para o táxi da esquina. Já no carro a metade do corpo, protesta o motorista: quem pagará a corrida? Concordam chamar a ambulância. Dario conduzido de volta e recostado à parede – não tem os sapatos nem o alfinete de pérola na gravata.

Alguém informa da farmácia na outra rua. Não carregam Dario além da esquina; a farmácia no fim do quarteirão e, além do mais, muito peso. É largado na porta de uma peixaria. Enxame de moscas lhe cobrem o rosto, sem que faça um gesto para espantá-las.

Ocupado o café próximo pelas pessoas que apreciam o incidente e, agora, comendo e bebendo, gozam as delícias da noite. Dario em sossego e torto no degrau da peixaria, sem o relógio de pulso.

Um terceiro sugere lhe examinem os papéis, retirados – com vários objetos – de seus bolsos e alinhados sobre a camisa branca. Ficam sabendo do nome, idade, sinal de nascença. O endereço na carteira é de outra cidade.

Registra-se correria de uns duzentos curiosos que, a essa hora, ocupam toda a rua e as calçadas: é a polícia. O carro negro investe a multidão. Várias pessoas tropeçam no corpo de Dario, pisoteado dezessete vezes.

O guarda aproxima-se do cadáver, não pode identificá-lo – os bolsos vazios. Resta na mão esquerda a aliança de ouro, que ele próprio – quando vivo – só destacava molhando no sabonete. A polícia decide chamar o rabeção.

A última boca repete – Ele morreu, ele morreu. E a gente começa a se dispersar. Dario levou duas horas para morrer, ninguém acreditava estivesse no fim. Agora, aos que alcançam vê-lo, todo o ar de um defunto.

Um senhor piedoso dobra o paletó de Dario para lhe apoiar a cabeça. Cruza as mãos no peito. Não consegue fechar olho nem boca, onde a espuma sumiu. Apenas um homem morto e a multidão se espalha, as mesas do café ficam vazias. Na janela alguns moradores com almofadas para descansar os cotovelos.

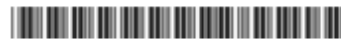
Um menino de cor e descalço vem com uma vela, que acende ao lado do cadáver. Parece morto há muitos anos, quase o retrato de um morto desbotado pela chuva.

Fecham-se uma a uma as janelas. Três horas depois, lá está Dario à espera do rabeção. A cabeça agora na pedra, sem o paletó. E o dedo sem a aliança. O toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva, que volta a cair.

(Adaptado de: TREVISAN, Dalton. **33 contos escolhidos**. Rio de Janeiro: Record, 2005)

11. A frase *O rapaz de bigode pede aos outros se afastem e o deixem respirar* está corretamente transposta para o discurso direto em:

- (A) O rapaz de bigode solicita que os outros: "Se afastem e o deixem respirar".
(B) – O rapaz de bigode pede aos outros: – Que se afastem, que deixem-no respirar.
(C) O rapaz de bigode pede: – Os outros que se afastem e que lhe deixem respirar.
(D) O rapaz de bigode pede aos outros: "Afastem-se e deixem-no respirar".
(E) "Afasta-o e deixe-o respirar", pedem aos outros o rapaz de bigode.



12. No trecho *Assim que dobra a esquina, diminui o passo até parar, encosta-se a uma parede. Por ela escorrega, senta-se na calçada, ainda úmida de chuva. Descansa na pedra o cachimbo*, o pronome sublinhado refere-se a
- (A) pedra.
 - (B) esquina.
 - (C) parede.
 - (D) calçada.
 - (E) chuva.
-
13. Respeita plenamente as normas de regência verbal e nominal o livre comentário a respeito do texto:
- (A) O guarda aproximou-se ao corpo de Dario para tentar identificar-lhe, mas não encontrou documentos nos bolsos do falecido.
 - (B) A multidão presente no local não aspirava o fim trágico de Dario, em que permaneceu estendido na calçada por duas horas.
 - (C) A polícia decidiu por chamar o rabeção após constatar que Dario já não apresentava sinais vitais.
 - (D) Dario era muito apegado com sua aliança de ouro, objeto a que ele raramente retirava do dedo.
 - (E) Os curiosos que ocupavam a rua assistiram o triste espetáculo da morte de Dario sem ao qual ninguém pudesse de fato ajudar.
-
14. No trecho *O senhor gordo repete que Dario sentou-se na calçada, soprando a fumaça do cachimbo, encostava o guarda-chuva na parede. Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo ao seu lado*, o conectivo sublinhado relaciona ideias introduzindo um valor semântico de
- (A) consequência.
 - (B) oposição.
 - (C) explicação.
 - (D) retificação.
 - (E) adição.
-
15. No trecho *Ocupado o café próximo pelas pessoas que apreciam o incidente e, agora, comendo e bebendo, gozam as delícias da noite. Dario em sossego e torto no degrau da peixaria, sem o relógio de pulso*, os termos destacados sugerem que
- (A) a situação levou ao encerramento das atividades do café e dispersão das pessoas em virtude do luto.
 - (B) Dario foi rapidamente assistido e retirado do local pelos passantes, embora não tenha sobrevivido.
 - (C) os frequentadores do café estavam preocupados em prestar socorro a Dario, ainda que desordenadamente.
 - (D) o ambiente descrito é de luto coletivo e comoção entre os presentes, apesar da aparente indiferença geral.
 - (E) a morte de Dario gerara uma comoção superficial e convertera-se em mero espetáculo.
-
16. Simbolizam a morte de Dario todas as seguintes expressões:
- (A) *carro negro investe a multidão / correria de uns duzentos curiosos / tropeçam no corpo de Dario*
 - (B) *comendo e bebendo / gozam as delícias da noite / ocupam toda a rua e as calçadas*
 - (C) *guarda-chuva no braço esquerdo / diminui o passo até parar / encosta-se a uma parede*
 - (D) *o cachimbo apagou / a espuma sumiu / O toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva*
 - (E) *abre a boca / move os lábios / não se ouve resposta*
-
17. *Várias pessoas tropeçam no corpo de Dario, pisoteado dezessete vezes.*
O verbo flexionado no mesmo tempo, modo e voz que o da frase acima está sublinhado em:
- (A) *A velhinha de cabeça grisalha gritou (...)*
 - (B) *Dario levou duas horas para morrer.*
 - (C) *Ele reclina-se mais um pouco.*
 - (D) *Abre-lhe o paletó, o colarinho, a gravata e a cinta.*
 - (E) *(...) quem pagará a corrida?*



18. *Um menino de cor e descalço vem com uma vela, que acende ao lado do cadáver. Parece morto há muitos anos, quase o retrato de um morto desbotado pela chuva.*

Com a passagem acima o autor pretende destacar que

- (A) a atitude do menino configura um ato solidário e desinteressado praticado por alguém socialmente vulnerável.
- (B) o ato do menino reforça o caráter cômico da narrativa, transformando a cena da morte em uma situação de humor involuntário.
- (C) a atitude representa uma tentativa de exploração econômica da situação de morte de Dario, já que o menino vende uma vela no local do acidente.
- (D) o gesto do menino confirma a indiferença geral das pessoas, pois ele apenas observa o corpo sem qualquer envolvimento emocional.
- (E) a presença do menino indica que a polícia já havia encerrado a ocorrência e liberado o corpo para remoção imediata.

19. Apresenta uma síntese coerente com o sentido geral do texto o que se encontra em:

- (A) O conto descreve uma ação coletiva espontânea em torno de um acontecimento urbano; a morte de Dario é tratada como motivo de intervenção positiva comunitária.
- (B) O conto retrata a comoção coletiva diante de um homem que recebe imediato socorro e atenção solidária de todos os que passam pelo local.
- (C) A narrativa evidencia a transformação de uma tragédia urbana em espetáculo público, marcado pela indiferença e curiosidade das pessoas diante da morte de Dario.
- (D) O texto apresenta uma crítica ao sistema de saúde, destacando a ineficiência dos serviços de emergência no atendimento rápido às vítimas em vias públicas.
- (E) A história enfatiza o isolamento de Dario como consequência de sua escolha voluntária de permanecer na rua, sem esboçar qualquer interesse em uma intervenção externa.

20. *Segundo o escritor e crítico Ricardo Piglia, o conto clássico é aquele que narra em primeiro plano a história 1 e constrói em segredo uma história 2, de modo que as duas se encontrem ao fim. Piglia afirma: "A arte do contista consiste em saber cifrar a história 2 nos interstícios da história 1. Um relato visível esconde um relato secreto, narrado de um modo elíptico e fragmentário".*

(Adaptado de: Ricardo Piglia, "Teses sobre o conto", em Formas breves. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 89-90).

Em conformidade com o texto acima, os dois planos que compõem a narrativa de "Uma vela para Dario" estão mais bem definidos em:

- (A) O texto apresenta, em primeiro plano, a morte de Dario; em segundo plano, desenvolve-se uma investigação policial acerca da possível causa de sua morte.
- (B) O texto narra, em primeiro plano, a vida cotidiana dos moradores da rua, enquanto, em segundo plano, destacam-se os aspectos particulares da vida pregressa de Dario.
- (C) O conto apresenta, em primeiro plano, a tentativa organizada de socorro ao personagem, enquanto, em segundo plano, revela-se a ineficiência das instituições públicas.
- (D) A narrativa mostra, em primeiro plano, a movimentação desordenada da multidão, enquanto, em segundo plano, constrói-se a humanização gradual de Dario.
- (E) "Uma vela para Dario" conta em primeiro plano o ataque cardíaco do personagem, enquanto no segundo plano vai se consumando o roubo de seus bens.

Noções de Direito Constitucional

21. Foi editada no estado de Roraima lei proibindo a prática de queimadas para limpeza de terreno e manejo de pastagens. Insatisfeitos com tal medida, os agricultores da região impugnaram a lei, argumentando que o estado não detém competência para dispor sobre o assunto. Diante do caso hipotético acima mencionado, os agricultores

- (A) não têm razão, pois o estado tem competência exclusiva para legislar sobre a proteção ao meio ambiente, de modo que a lei estadual em questão é constitucional.
- (B) têm razão, pois o estado somente é competente para legislar sobre assuntos de interesse local; diante disso, a proteção do meio ambiente engloba interesse das três esferas da federação, sendo a lei, portanto, inconstitucional.
- (C) têm razão, pois o estado deveria propor iniciativas legislativas em conjunto com os demais entes da federação, tendo em vista que a competência para legislar sobre a proteção ao meio ambiente interessa às três esferas federativas, sendo, pois, a lei inconstitucional.
- (D) têm razão, uma vez que a Constituição Federal estabelece que compete à União legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente, observadas as premissas constitucionais.
- (E) não têm razão, haja vista que o estado possui competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente, observada a legislação federal sobre normas gerais na matéria.



22. O Governador de Roraima propôs uma emenda à Constituição do Estado buscando facilitar o processo legislativo para aprovação de leis ordinárias e complementares. Tal proposta busca a aprovação das leis caso atingido apenas o quórum de maioria simples dos presentes na sessão da Assembleia Legislativa do Estado, sem estabelecimento de quórum mínimo de presença. Diante da situação hipotética apresentada, tal proposta é
- (A) constitucional, em obediência ao princípio constitucional da eficiência, ao buscar a modernização dos processos legislativos de acordo com a necessidade de cada ente federativo.
 - (B) inconstitucional, por violar normas de processo legislativo estabelecidas na Constituição Federal que devem ser observadas por todos os entes da federação.
 - (C) constitucional em razão da autonomia do Estado-membro para a elaboração das regras relativas ao processo legislativo estadual.
 - (D) inconstitucional, pois somente seria possível proposta que dificultasse a aprovação do processo legislativo estadual.
 - (E) inconstitucional, pois, em virtude da matéria, a iniciativa da referida proposta de emenda deveria caber aos membros da Assembleia Legislativa, e não ao Governador do Estado.
23. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:
- I. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato que fizer pedido expresso perante autoridade competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia, não havendo impedimento para eventual reaquisição da nacionalidade brasileira originária, na forma da lei.
 - II. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - III. É admitida a cassação de direitos políticos em hipóteses excepcionais previstas em lei complementar, desde que observados o contraditório e a ampla defesa.
 - IV. Os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que haja prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
24. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca do processo legislativo,
- (A) a matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de 2/3 dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria orçamentária, financeira e tributária.
 - (C) é de iniciativa privativa do Presidente da República lei que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
 - (D) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
 - (E) a Casa legislativa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ordinária ao Presidente do Congresso Nacional, que, concordando, o sancionará.

Noções de Direito Administrativo

25. Eurípides é servidor público estadual, ocupando o cargo efetivo de Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O presidente da Assembleia recebeu uma denúncia anônima relatando que Eurípides está envolvido em casos de corrupção em contratos da Administração Pública. Foi, então, instaurada uma sindicância que, durante seu curso regular, obteve elementos suficientes para a instauração, por meio de portaria, de processo administrativo disciplinar. Diante da situação hipotética acima descrita, Eurípides alega nulidade em razão de seu processo administrativo ter se iniciado por meio de notícia anônima. Tal alegação
- (A) não encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, pois é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em razão do exercício do poder-dever de autotutela da Administração.
 - (B) merece prosperar, tendo em vista que é direito subjetivo do servidor público saber quem foi o autor da denúncia e sua motivação, proporcionado o exercício da exceção da verdade.
 - (C) deve prosperar por violação ao princípio administrativo da publicidade e do devido processo legal.
 - (D) deve prosperar por violação aos princípios constitucionais do contraditório e de ampla defesa.
 - (E) não deve prosperar, pois não mais se admite no ordenamento jurídico brasileiro a "verdade sabida" em procedimentos de punição ao servidor faltoso.
26. O Estado de Roraima, visando a modernização de seus hospitais públicos, adquiriu equipamentos médicos diversos, substituindo os antigos que, até então, serviam às equipes de saúde lotadas nos referidos hospitais. Apesar de os antigos equipamentos ainda funcionarem, eles deixaram de ter utilidade para o Estado, razão pela qual foi instaurado processo administrativo visando à sua alienação. Consignou-se a existência de interesse público devidamente justificado para a alienação dos equipamentos, razão pela qual foi realizada sua avaliação. Diante da situação hipotética acima mencionada, a alienação desses equipamentos inservíveis se dará, em regra, na modalidade
- (A) concurso.
 - (B) leilão.
 - (C) concorrência.
 - (D) pregão.
 - (E) diálogo competitivo.



27. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por
- (A) pessoas trans, travestis e não binárias.
 - (B) negros, pardos e indígenas.
 - (C) jovens aprendizes.
 - (D) pessoas maiores de 60 anos.
 - (E) mulheres vítimas de violência doméstica.

28. De acordo com o que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),
- (A) sua aplicação se dá ao tratamento de dados pessoais realizado, inclusive, para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
 - (B) o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado no interesse de seus genitores, ou de seu responsável legal, nos termos da legislação pertinente.
 - (C) em nenhuma hipótese é permitida a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica.
 - (D) a defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.
 - (E) é permitido às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

29. Os princípios orçamentários funcionam como diretrizes estruturantes da elaboração e execução do orçamento público e, dentre esses, o princípio da
- (A) clareza exige que o orçamento seja elaborado de forma a permitir compreensão por diferentes usuários, incluindo a padronização de classificações e a transparência na apresentação dos dados fiscais.
 - (B) programação estabelece que o orçamento deve priorizar exclusivamente despesas obrigatórias, deixando despesas discricionárias fora da estrutura de planejamento.
 - (C) não afetação impede que receitas específicas sejam vinculadas a determinadas despesas, sem qualquer exceção, inclusive para transferências constitucionais entre entes federativos.
 - (D) publicidade garante apenas a divulgação formal do orçamento aprovado, não se aplicando às etapas de execução e acompanhamento da despesa pública.
 - (E) legalidade orçamentária restringe a atuação do gestor público à execução do orçamento, dispensando qualquer observância às normas durante a fase de elaboração.

30. Sobre a classificação das despesas públicas, é correto afirmar que
- (A) a classificação por natureza da despesa se restringe à distinção entre despesas obrigatórias e discricionárias, não envolvendo outros critérios analíticos.
 - (B) a classificação funcional da despesa tem como objetivo principal identificar a unidade orçamentária responsável pela execução do gasto.
 - (C) despesas correntes incluem gastos com pessoal e encargos sociais, sendo vedada a inclusão de outras naturezas de despesa nessa categoria.
 - (D) despesas de capital são aquelas que não produzem variação patrimonial no setor público, pois representam apenas transferências financeiras entre entes.
 - (E) a classificação por categoria econômica separa as despesas entre correntes e de capital, refletindo, respectivamente, na manutenção da máquina pública e formação de novos ativos.

31. O orçamento público possui natureza jurídica
- (A) de instrumento meramente político, sem força normativa, cuja função se limita a expressar intenções de governo sem relevância jurídica.
 - (B) de lei formal de conteúdo autorizativo e estimativo, não criando, por si só, direitos subjetivos à realização da despesa nem obrigação absoluta de execução.
 - (C) de ato administrativo discricionário, sem caráter normativo, funcionando apenas como instrumento interno de planejamento governamental.
 - (D) de lei em sentido material, dotada de generalidade e abstração, impondo obrigatoriamente a execução integral das despesas nele previstas.
 - (E) híbrida, sendo simultaneamente norma jurídica e ato administrativo vinculante que obriga a execução integral de todas as despesas aprovadas.



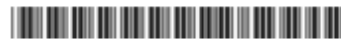
32. Considerando a interação entre classificadores orçamentários, a classificação
- (A) programática organiza as despesas com base na origem dos recursos financeiros, permitindo rastrear a arrecadação pública.
 - (B) funcional e a classificação programática são equivalentes, pois ambas identificam os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas.
 - (C) institucional permite identificar o responsável pela execução do orçamento, enquanto a programática evidencia os objetivos e resultados das ações governamentais.
 - (D) por fonte de recursos tem como finalidade indicar a natureza econômica da despesa, distinguindo entre gastos correntes e de capital.
 - (E) econômica da despesa tem como foco principal a mensuração de resultados, sendo substituta dos indicadores de desempenho.

Legislação Institucional

33. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Roraima, poderá ser feita a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa mediante
- (A) requerimento de Secretário de Estado, em caso de decretação de intervenção no estado.
 - (B) ato do Governador do Estado, em caso de urgência ou interesse público relevante.
 - (C) ato do Presidente da Casa, no dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da nova Mesa Diretora.
 - (D) requerimento de 1/3 de seus membros, em caso de decretação de estado de calamidade pública que atinja o território do estado.
 - (E) ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em caso de decretação de intervenção do estado em município.
-
34. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (Resolução Legislativa nº 08, de 13 de dezembro de 2023, e suas alterações), acerca da Mesa Diretora,
- (A) será considerado vago o cargo de presidente quando este estiver substituindo o Governador do Estado, em caso de impedimento ou vacância, na forma da Constituição Estadual.
 - (B) esta contará com o assessoramento direto do superintendente legislativo e do Procurador-Geral do Estado.
 - (C) os titulares de quaisquer de seus cargos poderão, mediante requerimento do interessado, solicitar licença da respectiva função, por interesse particular.
 - (D) a licença do cargo da Mesa Diretora importará na suspensão das atividades parlamentares do deputado licenciado.
 - (E) é de sua competência propor ação de inconstitucionalidade, a requerimento de Prefeito Municipal ou mediante requisição de Procurador-Geral do Município.
-
35. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (Resolução Legislativa nº 08, de 13 de dezembro de 2023, e suas alterações), os projetos de resolução legislativa destinam-se a regular matéria de caráter político ou administrativo, com eficácia de lei ordinária, de competência privativa, sobre o que deva a Assembleia pronunciar-se, tal como
- (A) concessão de título honorífico.
 - (B) pedido de intervenção federal.
 - (C) apreciação das contas anuais do Tribunal de Contas do Estado.
 - (D) conclusão de Comissão Permanente sobre proposta de fiscalização e controle.
 - (E) denúncia contra o Governador e Secretário de Estado.
-
36. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 015/2024, que disciplina a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, é competência do Controlador-Geral
- (A) planejar, coordenar e executar, de acordo com a orientação da Mesa Diretora, recepções, solenidades, comemorações internas e externas.
 - (B) avaliar a regularidade das licitações e contratos, bem como da programação e execução orçamentária e financeira.
 - (C) contactar órgãos governamentais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no âmbito federal, estadual e municipal.
 - (D) resgatar e preservar a memória institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.
 - (E) elaborar e promover a atualização anual da Política Estratégica de Segurança da Assembleia Legislativa através do Plano de Segurança aprovado pela Mesa Diretora.

**Geografia e História de Roraima**

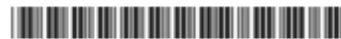
37. A vida na região do Vale do Rio Branco durante quase todo o século XIX caracterizava-se por um contexto socioeconômico específico, marcado por transformações graduais na ocupação territorial. Sobre as condições de vida e a dinâmica social em Roraima em meados do século XIX,
- (A) a economia monetária era baseada na exploração de ouro e diamantes que, durante o Império e início da República, atraía um grande fluxo de garimpeiros de todo o Brasil.
 - (B) a região era pouco povoada por colonizadores portugueses e estava sob controle de povos indígenas organizados em confederações, base da organização clânica que, com processo de miscigenação ocorrido no século XIX, constituiria as grandes famílias proprietárias.
 - (C) a região apresentava ocupação diversificada, com centros urbanos estruturados e manufaturas para o abastecimento interno, além de agricultura de subsistência e pecuária de exportação.
 - (D) a população era majoritariamente composta por povos indígenas ligados ao extrativismo e à pecuária, e secundariamente por escravizados que trabalhavam em latifúndios produtores de algodão e de açúcar.
 - (E) a ocupação não indígena já existia, mas a região era pouco atrativa para colonos, com uma economia voltada ao abastecimento interno, baseada no extrativismo e na pecuária em campos naturais, e com baixo intercâmbio exterior.
-
38. A criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 representou um marco político-administrativo que visava consolidar a presença brasileira nas fronteiras amazônicas. A partir desse momento, a ocupação territorial de Roraima intensificou-se, com transformações significativas na estrutura econômica e demográfica. Sobre a relação entre a criação do Território Federal, os fluxos migratórios e os ciclos econômicos em Roraima,
- (A) com a criação do Território Federal intensificaram-se incentivos à agropecuária, com atração de migrantes nordestinos. A pecuária em campos naturais predominou até os anos 1990, tomando-se, depois, intensiva e tecnicada. Tal processo consolidou Roraima como um dos principais produtores de gado da Amazônia, com cerca de 1,3 milhão de cabeças em 2025.
 - (B) o rebanho bovino de Roraima permaneceu inferior a 200 mil cabeças até o fim do século XX, aumentando significativamente apenas após 2010 com maior crédito à pecuária e ganhos do garimpo de cassiterita, que realocaram investimentos para o setor.
 - (C) a atividade pecuária em Roraima remonta à segunda metade do séc. XVIII, mas sua expansão intensiva, baseada em pequenas propriedades familiares e com impacto internacional na exportação brasileira, é sequencial a 1988, quando a elevação a estado permitiu créditos federais para a modernização.
 - (D) a criação do Território Federal em 1943 não teve conexão com o desenvolvimento agropecuário, sendo a pecuária uma atividade iniciada no séc. XVIII, mas secundária e complementar à ocupação de Roraima, que foi economicamente centrada na mineração.
 - (E) desde a criação do Território Federal a agropecuária roraimense foi baseada em produção de abastecimento interno, e para exportação de cultivos de soja, milho e café, tendo a pecuária sido introduzida como atividade complementar a da mineração, pois o deslocamento livre do rebanho, como ali era feito, favorecia a busca por garimpos.
-
39. O século XX representou um período de transformações significativas no *status* político-administrativo e na dinâmica de ocupação de Roraima. Considerando a sequência de eventos que marcaram o desenvolvimento do estado neste período,
- (A) a transformação de território federal para estado ocorreu gradualmente entre 1943 e 1962, sem necessidade de qualquer ato legislativo federal adicional.
 - (B) o Território Federal de Roraima foi criado em 1962 e transformado em estado apenas em 1988, após a aprovação de um plebiscito realizado entre os roraimenses, tendo como base econômica no período: mineração, extrativismo, agricultura, pecuária extensiva, salários e transferências federais.
 - (C) Roraima foi elevada à categoria de estado em 1962, quando deixou de ser território federal, durante as Reformas de Base, consolidando sua autonomia política junto a outras duas unidades federativas da Região Norte: Amapá e Rondônia.
 - (D) Roraima foi estabelecida em 1943 como Território Federal do Rio Branco (desmembrado do Amazonas no governo Vargas), renomeada Território de Roraima em 1962 e elevada a estado em 1988; sua economia baseava-se em mineração, extrativismo, agricultura, pecuária extensiva, salários e transferências federais.
 - (E) a região permaneceu como parte integrante do estado do Amazonas até o final do século XX, sendo apenas reconhecida como estado na Constituição de 1988, tal como Tocantins, que só se desmembrou de Goiás no mesmo processo constitucional.
-
40. No século XX, a questão indigenista em Roraima foi também uma questão de geografia econômica. As formas de pressão sobre os povos indígenas variaram conforme a localização no lavrado, nas serras e nas áreas de fronteira, bem como segundo a incidência de fazendas pecuaristas, rodovias, missões, mineração e aparelhos do estado. À luz dessa articulação entre espaço, economia e política indigenista,
- (A) as demarcações do século XX desconsideraram a distribuição histórica dos povos indígenas e foram traçadas, basicamente, segundo limites municipais, arrecadação estadual e conveniência administrativa, e sinergias de atividades econômicas similares das nações indígenas.
 - (B) a territorialidade indígena de Roraima tornou-se parcialmente urbana ao longo do século XX, o que deslocou a pauta indigenista da terra para temas basicamente sociais/culturais.
 - (C) nas áreas de lavrado e de fronteira leste, povos como Macuxi, Wapichana e Taurepang sofreram mais cedo e de forma mais contínua a pressão da pecuária e, depois, de eixos como a BR-174; já nas áreas serranas, como as ocupadas pelos Ingarikó, a inserção territorial foi distinta, o que ajuda a explicar ritmos e formatos diferenciados de conflito e reconhecimento.
 - (D) a geografia teve papel central, pois os conflitos fundiários e as políticas indigenistas se distribuíram de maneira homogênea, por todo o território roraimense, diluindo assim a intensidade dos conflitos em sua territorialidade.
 - (E) a abertura da BR-174 ampliou a presença não indígena nas terras do norte de Roraima, tradicionalmente reduto de territórios indígenas mais protegidos pelo isolamento, assim impactando especialmente áreas indígenas tradicionais do Noroeste do estado pela sua construção no local.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. Tendo em vista os níveis de atenção e assistência à saúde, são categorizados como nível secundário de atenção/assistência à saúde
- (A) realização de exames e consultas de rotina e hospitais oncológicos.
 - (B) serviços ambulatoriais de pediatria e hospitais oncológicos.
 - (C) realização de exames e consultas de rotina e serviços ambulatoriais de geriatria.
 - (D) cirurgias cardiovasculares e hospitais oncológicos.
 - (E) serviços ambulatoriais de pediatria e atendimentos de preservação e promoção à saúde.
-
42. De acordo com o Programa BPC na Escola, que visa garantir que crianças e adolescentes com deficiência entrem na escola e nela permaneçam, a idade-limite dos adolescentes é de
- (A) 16 anos.
 - (B) 19 anos.
 - (C) 18 anos.
 - (D) 17 anos.
 - (E) 15 anos.
-
43. O número de Inscrição do Trabalhador (NIT) pode ser gerado pela inscrição do cidadão em:
- I. Programa de Integração Social (PIS).
 - II. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
 - III. Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
 - IV. Número de Identificação Social (NIS).
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e IV.
-
44. De acordo com o Pé-de-Meia, programa de incentivo financeiro educacional para jovens e adultos, o valor definido pela conclusão do ano letivo pode ser sacado
- (A) no 2º bimestre do ano letivo consecutivo.
 - (B) parcelado no início de ano letivo consecutivo.
 - (C) ao final do respectivo ano letivo.
 - (D) após a formatura do ensino médio.
 - (E) integralmente no início de ano letivo consecutivo.
-
45. Entre as diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que objetiva implementar políticas e programas para promoção do acesso à moradia digna para a população de mais baixa renda, está
- (A) incentivar a pesquisa e a incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional.
 - (B) ofertar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável.
 - (C) articular e acompanhar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.
 - (D) promover moradia digna como direito e vetor de inclusão social.
 - (E) democratizar e descentralizar o controle social e a transparência dos procedimentos decisórios.
-
46. Conforme a legislação vigente, fica determinado que as empresas disponibilizem a seus colaboradores informações sobre:
- I. Papilomavírus humano (HPV).
 - II. Licença maternidade/paternidade.
 - III. Câncer de próstata.
 - IV. Aleitamento materno.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV.
 - (B) I.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) II e IV.



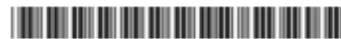
47. Entre os instrumentos da política urbana estão os institutos jurídicos e políticos como
- (A) os planos, programas e projetos setoriais.
 - (B) a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais em situação de vulnerabilidade.
 - (C) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), meio ambiente e respectivas legislações.
 - (D) a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo.
 - (E) os planos de desenvolvimento econômico e social.
-
48. O Programa Cidades Verdes Resilientes adota uma abordagem integrada nos territórios com vistas a aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades diante dos impactos decorrentes das mudanças climáticas. Entre as perspectivas temáticas do Programa está
- (A) Investimento em planos, projetos e intervenções.
 - (B) articulação institucional.
 - (C) capacitação, educação urbano-ambiental e informação.
 - (D) orientações técnicas e normativas.
 - (E) gestão de resíduos urbanos.
-
49. São competências previstas na Política de Atenção à Saúde Indígena
- (A) promover e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde indígena.
 - (B) planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a implementação de ações de saúde para cada grupo indígena.
 - (C) planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações referentes ao saneamento e às edificações da população indígena.
 - (D) identificar, organizar e adaptar os conhecimentos referentes à saúde indígena.
 - (E) planejar e acompanhar as aquisições de bens, serviços e insumos para a saúde no âmbito do Subsistema de Atenção Terciária de Saúde Indígena.
-
50. Pessoas que passaram dois anos ou mais em serviços de internação psiquiátrica têm direito a um auxílio financeiro mensal como apoio a construção de novos projetos de vida, o qual pode ser acumulado
- (A) com a comprovação de renda familiar *per capita* inferior a 1/3 do salário mínimo.
 - (B) quando a pessoa for servidor público, apenas.
 - (C) com Programas de Transferência de Renda, apenas.
 - (D) com BPC, Bolsa Família, aposentadoria ou pensões.
 - (E) quando o valor da remuneração não ultrapassar 2 salários mínimos vigentes.
-
51. São direitos presentes na Declaração dos Direitos Fundamentais das Pessoas com HIV/AIDS:
- I. Informação e Conhecimento.
 - II. Acesso a medicamentos.
 - III. Liberdade e Igualdade.
 - IV. Assistência domiciliar.
 - V. Participação Social.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e V.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e V.
 - (E) II, III e IV.
-
52. De acordo com a Constituição Federal de 1988, um Estado Democrático de Direitos deve assegurar:
- I. Igualdade.
 - II. Justiça social.
 - III. Segurança.
 - IV. Direitos sociais e coletivos.
 - V. Desenvolvimento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III, IV e V.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, III, V.
 - (D) II, III e V.
 - (E) I, II e III.



53. A Seguridade Social é financiada por toda a sociedade. Nesse sentido, as contribuições sociais são aquelas feitas
- (A) pela incidência de impostos sobre compras no exterior.
 - (B) pela receita dos concursos públicos.
 - (C) pelos empregadores de trabalhadores rurais.
 - (D) pelas empresas, incidentes sobre seu valor capital.
 - (E) pelas empresas, incidentes sobre faturamento e lucro.
-
54. A Previdência Social é um seguro social que visa garantir uma renda ao trabalhador, mediante uma contribuição mensal, nas situações de incapacidade de exercer sua profissão ou no período da aposentadoria. Entre os benefícios previdenciários está a aposentadoria não programada, que é concedida
- (A) por incapacidade inalterável de exercer qualquer atividade laborativa, e que não possa ser reabilitado em outra profissão.
 - (B) em razão de acidente com sequelas permanentes e que reduz significativamente a capacidade de trabalho do segurado.
 - (C) a trabalhadores que, atuam em situações prejudiciais a saúde ou integridade física ao longo dos anos.
 - (D) por meio médico, tendo sido comprovada a incapacidade para trabalhar por motivo de doença ou acidente.
 - (E) a trabalhadores com idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), contribuintes por no mínimo 15 anos (mulheres) e 20 anos (homens).
-
55. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. De acordo com a legislação, será solicitado ao requerente ou a seu responsável legal o registro biométrico nos cadastros
- (A) do Título Eleitoral ou da Carteira Nacional de Saúde.
 - (B) da Carteira Nacional de Saúde e do Cadastro de Pessoas Físicas.
 - (C) da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da Carteira de Trabalho Digital.
 - (D) da Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
 - (E) da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e da Carteira Nacional de Saúde.
-
56. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa deve haver (I) reserva de unidades habitacionais residenciais e (II) reserva de assentos em transporte coletivo. A porcentagem correspondente a cada reserva (I e II) é:
- (A) 6% e 6%.
 - (B) 2% e 8%.
 - (C) 3% e 10%.
 - (D) 5% e 10%.
 - (E) 3% e 9%.
-
57. Conforme disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, pessoa com necessidades complexas de comunicação é aquela com
- (A) grau de deficiência visual severa que dificulta se expressar por meio de mensagens de forma gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação.
 - (B) dificuldades relevantes para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação.
 - (C) grau de deficiência visual leve que dificulta sua compreensão de mensagens de forma oral e escrita, por meio de outras formas convencionais de comunicação.
 - (D) dificuldade oral para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação.
 - (E) grau de deficiência auditiva moderada que dificulta se expressar por meio de mensagens de forma oral e gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação.
-
58. De acordo com a legislação vigente, no âmbito da administração pública, a mediação é utilizada como instrumento entre particulares para a solução de controvérsias e para a autocomposição de conflitos. O mediador fica impedido de atuar, contando do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes pelo prazo mínimo de
- (A) 36 meses.
 - (B) 24 meses.
 - (C) 16 meses.
 - (D) 12 meses.
 - (E) 18 meses.



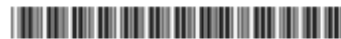
59. A atenção acerca dos riscos ocupacionais considera os riscos presentes no ambiente de trabalho, incluindo os fatores psicossociais. De acordo com a legislação, a mitigação dos riscos referentes aos fatores ergonômicos deve
- (A) favorecer o conforto, a segurança e a saúde com vistas ao desempenho eficiente no trabalho.
 - (B) desenvolver a sinergia, a cooperação e a saúde do grupo de trabalho para aprimorar os processos de trabalho.
 - (C) realocar o profissional que apresente queixas recorrentes sobre o local e as relações de trabalho.
 - (D) proporcionar momentos de cinesioterapia laboral visando criar uma dinâmica terapêutica e preventiva no ambiente de trabalho.
 - (E) definir pausas ativas com intervalos determinados durante a jornada de trabalho voltados para aliviar as tensões do ambiente.
-
60. O assédio moral se caracteriza por condutas abusivas por meio de gestos, palavras e atitudes que se repetem sistematicamente. Sua identificação ocorre quando há:
- I. Intenção.
 - II. Descontração.
 - III. Orientação.
 - IV. Motivação.
 - V. Descrição.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) II e III.
 - (C) I e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.
-
61. Segundo o Código de Ética do(da) Assistente Social, é VEDADO ao(à) assistente social
- (A) a compactuação com o exercício de atribuições da profissão por estagiários/as.
 - (B) o livre exercício das atividades inerentes à Profissão.
 - (C) a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação.
 - (D) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
 - (E) o aprimoramento profissional de forma contínua.
-
62. Nas relações dos(das) assistentes sociais com outros/as profissionais, são deveres afiançados pelo Código de Ética:
- (A) incentivar a prática profissional disciplinar e de acordo com a necessidade institucional.
 - (B) ser solidário(a) com outros(as) profissionais, eximindo-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos.
 - (C) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
 - (D) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro(a) profissional.
 - (E) ser conivente com falhas éticas e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro(a) profissional.
-
63. A Resolução CFESS nº 1.114/2025 estabelece novas condições éticas e técnicas obrigatórias para o exercício profissional de assistentes sociais no Brasil. Assim, o local físico de trabalho da(o) assistente social deve dispor de sala e/ou espaço para abordagens individuais e/ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham profissionais de Serviço Social, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:
- (A) iluminação natural, com amplas janelas.
 - (B) infraestrutura tecnológica apropriada para execução do trabalho.
 - (C) ventilação, unicamente para atendimentos de curta duração.
 - (D) mobiliário ergonômico que garanta a guarda e manuseio de documentos.
 - (E) acessibilidade, especificamente rampas e elevadores.
-
64. A Lei nº 15.211/2025 dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Assim, para os fins da Lei, considera-se
- (A) mecanismo de supervisão parental: entidade da administração pública criada por lei, responsável por zelar pela aplicação da Lei e fiscalizar o seu cumprimento em todo o território nacional e por editar regulamentos e procedimentos para sua execução.
 - (B) produto ou serviço de tecnologia da informação: produto ou serviço fornecido a distância ou presencialmente, por meio eletrônico e provido por requisição coletiva, que tem como principal finalidade o compartilhamento e a disseminação, pelos usuários, de opiniões e informações.
 - (C) mecanismo de supervisão parental: qualquer forma de tratamento de dados pessoais, automatizada ou não, para avaliar certos aspectos de uma pessoa natural, com o objetivo de classificá-la em grupo ou perfil de modo a fazer inferências sobre seu comportamento, situação econômica, saúde, preferências pessoais, interesses, desejos de consumo, localização geográfica, deslocamentos, posições políticas ou outras características assemelhadas.
 - (D) perfilamento: *software* de sistema que controla as funções básicas de um *hardware* ou *software* e permite que aplicações de internet, programas de computador, aplicativos ou outros *softwares* sejam executados por meio dele.
 - (E) produto ou serviço de monitoramento infantil: produto ou serviço de tecnologia da informação destinado ao acompanhamento, por pais ou responsáveis legais, das ações executadas por crianças e adolescentes em ambientes digitais, a partir do registro ou da transmissão de imagens, de sons, de informações de localização, de atividade ou de outros dados.



65. Segundo o SINASE, o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, sendo que para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o PIA deve ser elaborado, contando a data do ingresso do adolescente no programa de atendimento, no prazo de
- (A) 120 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 30 dias.
 - (D) 45 dias.
 - (E) 90 dias.
-
66. Adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa de internação deve ter a visita
- (A) garantida a parentes e amigos, independentemente de registro prévio.
 - (B) liberada em qualquer dia e horário para seus pais ou seus responsáveis.
 - (C) liberada para seus filhos, independentemente da idade deles.
 - (D) íntima garantida, independentemente da sua idade.
 - (E) liberada para qualquer pessoa, sem a necessidade de concordância da adolescente.
-
67. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares são obrigados, dentre outros, a:
- I. manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
 - II. proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.
 - III. fornecer a declaração de nascimento, esclarecendo a necessidade de buscar informações médicas.
 - IV. manter alojamento conjunto entre mãe e neonato, quando possível, haja vista o quadro de recursos humanos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
68. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em um de seus artigos que a criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. Podem ser padrinhos ou madrinhas
- (A) preferencialmente pessoas com nível superior de graduação e um certo poder econômico.
 - (B) pessoas maiores de 21 anos não inscritas nos cadastros de adoção.
 - (C) pessoas casadas, maiores de 21 anos.
 - (D) qualquer pessoa do mesmo gênero da criança ou adolescente apadrinhado.
 - (E) pessoas maiores de 18 anos não inscritas nos cadastros de adoção.
-
69. Considere as assertivas abaixo, tendo em vista o Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente:
- I. A guarda não confere ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
 - II. A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
 - III. A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
 - IV. A guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como libera o dever de prestar alimentos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, III e IV, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III, apenas.
 - (E) I e IV, apenas.



70. A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse caso, a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante
- (A) medida cautelar.
 - (B) guarda.
 - (C) tutela.
 - (D) adoção.
 - (E) curatela.
-
71. A tutela, no direito civil brasileiro, refere-se ao instituto de proteção para crianças e adolescentes, cujos pais faleceram, ou são considerados judicialmente ausentes ou foram destituídos do poder familiar. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa
- (A) acima de 18 anos.
 - (B) com mais de 21 anos.
 - (C) acima de 19 anos.
 - (D) de até 18 anos incompletos.
 - (E) de 18 anos completos.
-
72. No que se refere ao conceito e fundamento frente à adoção, considere as assertivas abaixo:
- I. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.
 - II. É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária.
 - III. Para adoção conjunta, é facultativo que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.
 - IV. O adotante há de ser, pelo menos, quatorze anos mais velho do que o adotando.
 - V. A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, IV e V.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II, III, IV e V.
 - (D) I, II e V.
 - (E) III, IV e V.
-
73. Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como uma das principais ações
- (A) a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre o uso moderado de castigo físico no processo educativo.
 - (B) a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados com o menor uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos.
 - (C) a hierarquização dos órgãos de segurança pública, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.
 - (D) a formação pontual e direcionada especificamente para os profissionais de saúde que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.
 - (E) o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
-
74. Na aplicação das medidas específicas de proteção para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, devem ser consideradas as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. São princípios que regem a aplicação dessas medidas:
- (A) oitiva obrigatória e participação exclusivamente dos pais.
 - (B) intervenção extemporânea e mínima.
 - (C) responsabilidade primária e solidária do poder público.
 - (D) intimidade e respeito à imagem.
 - (E) intervenção máxima e responsabilidade parental.



75. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:
- I. permanecer internado na mesma localidade ou mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável.
 - II. receber visitas, ao menos, mensalmente.
 - III. habitar alojamento individual em condições adequadas de higiene e salubridade.
 - IV. receber escolarização e profissionalização.
- Está correto o que afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
-
76. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá
- (A) em data unificada em todo o território nacional a cada 4 anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
 - (B) conforme disposto em lei municipal e considerado o mandato de 3 anos.
 - (C) de acordo com o estipulado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a cada 2 anos.
 - (D) em data disposta pelo Poder Executivo Municipal, a cada 4 anos, sempre no primeiro domingo do mês de outubro.
 - (E) conforme disposição do Ministério Público local e da Vara da Infância e Juventude, a cada 3 anos.
-
77. O Serviço Social é uma profissão participante das variadas formas de intervenção social, voltadas para a regulação das relações sociais; logo, para o tratamento do instrumental técnico-operativo do Serviço Social é necessário
- (A) diversificar e complexificar as necessidades sociais e profissionais.
 - (B) delimitar as particularidades do instrumental nos processos de reprodução material e nos processos de reprodução ideológica dos homens.
 - (C) aprimorar os meios necessários à objetivação daquilo que é necessário para a sobrevivência material, à medida que se complexificam as exigências de transformação da natureza.
 - (D) adaptar a sofisticação das necessidades vinculadas à reprodução material e social dos homens.
 - (E) desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção.
-
78. O conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideológicas do Serviço Social contemporâneo se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida nesse processo pelo
- (A) marxismo.
 - (B) ecletismo.
 - (C) pluralismo.
 - (D) positivismo.
 - (E) pragmatismo.
-
79. Os(As) assistentes sociais vêm contribuindo, nas últimas décadas, para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando, como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de "contra-desmanche", os(as)
- (A) movimentos sociais.
 - (B) programas de transferência de renda.
 - (C) projetos humanitários internacionais.
 - (D) organizações da sociedade civil.
 - (E) políticas sociais.
-
80. É um instrumento que é requisitado pelo Poder Judiciário sempre que o(a) magistrado(a) avaliar que a decisão sobre o "objeto" de um processo exige opinião técnico-científica de profissional dessa área, oferecendo elementos do ponto de vista do Serviço Social, para que a(s) pessoa(s) envolvida(s) em uma ação e/ou litígio judicial tenha(m) sua realidade social conhecida e interpretada, de maneira a subsidiar o acesso e/ou garantia de direitos. Esse instrumento é
- (A) relatório socioeconômico.
 - (B) perícia social.
 - (C) relatório social.
 - (D) laudo social.
 - (E) estudo social.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 10 [...] 10.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir ao tema proposto. Em caso de fuga completa ao tema proposto, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. b) fugir à modalidade de texto solicitada. Em caso de fuga completa ao gênero/tipo de texto solicitado, a redação não será pontuada em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) em todos os itens do critério. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou versos) ou em outra língua que não a língua portuguesa; d) apresentar formas propositais e explícitas de anulação, como impropérios e trechos jocosos, ou predominância de rasura; e) for assinada fora do local apropriado; f) apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; g) estiver em branco; h) apresentar predominantemente letra ilegível e/ou incompreensível; i) apresentar até 7 (sete) linhas escritas; j) apresentar texto idêntico ou produzido por outro candidato ou no qual se identifique cópia (em todo ou em parte) de modelos de textos prontos disponíveis para consulta em fontes de acesso público. k) apresentar texto idêntico (em todo ou em parte) ao produzido pelo mesmo candidato, ainda que em cargos diferentes; l) não atender aos requisitos definidos na grade de correção de critérios pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.9.1 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Redação. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova-Discursiva-Redação. 10.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem). 10.11.1 Considerar-se-á aprovado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos.

TEXTO 1

O termo inclusão digital tenta expressar a noção já tradicional, embora controversa, de que certos meios e/ou tecnologias podem ser aplicados de maneira planejada, eficaz e previsível ao desenvolvimento social. O qualificador “digital” aparece nessa expressão para ressaltar o fato de que, em anos recentes, uma gama ampla de sentidos do desenvolvimento tem sido associada às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Essas, por sua vez, têm sido vistas como “chaves para o crescimento, empregos, investimento e inovação” uma vez que “um uso mais amplo e eficiente das TIC por todos os setores da economia é uma clara oportunidade de fomento da competitividade, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social”.

Grosso modo, duas condições para a inclusão digital têm sido apontadas como essenciais, quando não como suficientes: o acesso à infraestrutura técnica mínima (computadores, software e serviços de conexão à internet) e um grau mínimo de capacitação da população para o uso das TIC.

(Adaptado de: BUZATO, Marcelo. Letramento e inclusão. Revista Delta: Documentação e Estudos em Linguística Aplicada. v. 25, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/delta/a/kgCZ89JPSGTY85Z9ncL5m9c/?format=html&lang=pt>>)

TEXTO 2

Solicitação de Identidade, pagamento de impostos, agendamentos, alterações e transferência de titularidades – serviços que há alguns anos só poderiam ser realizados presencialmente, ou por documentos físicos – agora contam com plataformas digitais de fácil acesso.

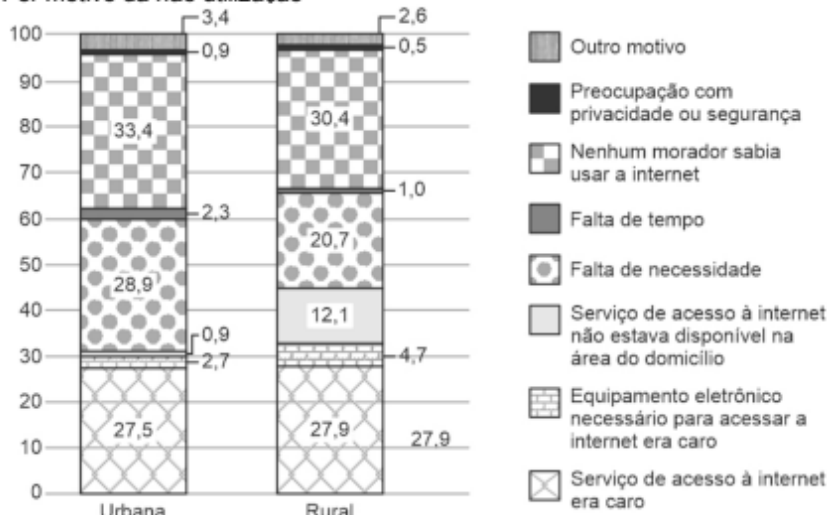
Segundo dados disponibilizados pelo governo federal, mais de 100 milhões de solicitações que teriam sido presenciais foram atendidas digitalmente graças à chamada transformação digital – a adoção de tecnologia e inovação para o atendimento de clientes.

Dos quase 4,5 mil serviços oferecidos pela administração pública para cidadãos e empresas, cerca de 3 mil já possuem trâmite totalmente digital e podem ser acessados pelo computador ou por smartphones. Destes, 1,4 mil foram digitalizados ainda em 2019. “O objetivo é oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples e acessíveis a qualquer hora e lugar, a um custo menor para o cidadão”, informa o levantamento.

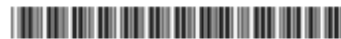
(Adaptado de: OLIVEIRA, Pedro. Mais de 70% dos serviços públicos brasileiros já são digitais. Agência Brasil. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/mais-de-70-dos-servicos-publicos-brasileiros-ja-sao-digitais>>. Publicado em: 27/07/2021. Acesso em: 30/04/2026)

TEXTO 3

Distribuição dos domicílios em que não havia utilização da Internet (%)
Por motivo da não utilização



(LOSCHI, Marília. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>>. Publicado em: 24/07/2025. Acesso em: 30/04/2026)



TEXTO 4

Hoje, cerca de 66% da população idosa brasileira utiliza a internet, segundo dados de 2023 do IBGE. Isso significa que, em um país onde a expectativa de vida já ultrapassa os 75 anos e há mais de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, aproximadamente dois terços desse grupo estão conectados. No entanto, mesmo entre os idosos que acessam a internet, muitos enfrentam o que especialistas chamam de "baixa conectividade significativa" – ou seja, acesso limitado em termos de frequência, qualidade da banda larga, tecnologia 4G e dispositivos adequados. De fato, cerca de 61% dos idosos apresentam níveis baixos de conectividade significativa, o que pode comprometer a plena utilização dos benefícios digitais.

Na prática, milhões de pessoas continuam à margem de serviços essenciais como o SUS (Serviço Único de Saúde), o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e o Gov.br, cada vez mais digitalizados. Em nome da eficiência, estamos correndo o risco de trocar filas por exclusão. Afinal, se um benefício só pode ser acessado via aplicativo, ele está realmente garantido?

(Adaptado de: AGUSTINI, Gabriela. Importância da inclusão de pessoas longevas no digital. Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/etarismo-e-analfabetismo-digital-inclusao-idosos>>. Publicado em: 29/06/2025. Acesso em: 30/04/2026)

Considerando os textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

A invisibilidade do cidadão analógico: a exclusão digital como barreira para o acesso pleno à cidadania

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	